



FACULDADE METROPOLITANA DO ESTADO DE SÃO PAULO GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

AS DIFICULDADES DOS JOVENS APRENDIZES NO MERCADO DE TRABALHO

Meiriane Batista da Silva

Discente

Andressa dos Santos Xavier Silva

Professora orientadora

RESUMO

Desde o início da era moderna, a inserção laboral dos jovens é o elemento chave para passarem à idade adulta, dado que o seu próprio rendimento gera a base material para reduzir e depois eliminar a dependência econômica dos pais e estabelecer uma casa própria. O trabalho também proporciona integridade social e traz legitimidade e reconhecimento social. A inserção profissional é uma área de desenvolvimento interpessoal que facilita os contatos e a incorporação em redes, ao mesmo tempo em que permite a participação em ações coletivas. O artigo buscou analisar as características frente as dificuldades da inserção laboral da população jovem aprendiz para contribuir para a compreensão das causas correspondentes. Metodologicamente utilizou-se a pesquisa de revisão bibliográfica através do embasamento de artigos e livros, empregou-se também a pesquisa campo com jovens que atuam em uma empresa como jovem aprendiz. Os resultados da pesquisa de campo realizada levam à conclusão de que o sucesso da inserção dos jovens aprendizes no mercado de trabalho depende de um conjunto de fatores. Obviamente, a educação e a formação desempenham um papel fundamental, tanto em quantidade (anos de estudos, diplomas, certificados) como em qualidade (adaptação às novas exigências vs. “desvalorização educativa”).

Palavras-chaves: Mercado de trabalho. Jovens aprendizes. Desafios.

ABSTRACT

Since the beginning of the modern era, the labor insertion of young people is the key element for passing into adulthood, given that their own performance is based on material to reduce and then eliminate the economic dependence of two countries and establish a home of their own. The job also provides social integrity and establishes

legitimacy and social recognition. Professional insertion is an area of interpersonal development that facilitates contacts and incorporation in networks, at the same time and that allows participation in collective activities. The article seeks to analyze the characteristics in the face of the difficulties of labor insertion of the young apprentice population to contribute to the understanding of the corresponding causes. Methodologically, bibliographic review research was used through the collection of articles and books, and it was also used to conduct field research on young people who work in a company as a young apprentice. The results of the field research carried out lead to the conclusion that the success of the insertion of young apprentices in the labor market depends on a set of factors. Obviously, education and training play a fundamental role, both in quantity (years of studies, diplomas, certificates) and quality (adaptation to new demands vs. "educational devaluation").

Keywords: Work market. Young apprentices. Challenges.

1. INTRODUÇÃO

Uma característica dos mercados de trabalho latino-americanos é a persistência de graves problemas para a inserção laboral de homens e mulheres jovens, sobretudo, elevadas taxas de desemprego e elevada insegurança laboral. Por razões econômicas e sociais, isto é motivo de preocupação tanto para as autoridades públicas como para a sociedade em geral (Albornoz, 2008).

Entre esses motivos podem ser mencionados os seguintes: os problemas de inserção profissional levantam dúvidas sobre a eficiência do investimento na educação e na formação e, portanto, sobre as perspectivas de crescimento econômico; uma fraca acumulação de experiência profissional afetaria negativamente o rendimento futuro dos jovens e o descompasso entre as características da educação e a procura de trabalho tende a fechar o canal de mobilidade social, agravando, assim os problemas estruturais da má distribuição de rendimentos na região.

A fraca inserção laboral, precoce ou tardia, frequentemente relacionada com elevados níveis de abandono escolar, afeta principalmente jovens de famílias em situação de pobreza e vulnerabilidade, pelo que existe uma elevada probabilidade de transmissão intergeracional da pobreza. Os jovens com empregos precários constituem uma parte importante da população em risco, com problemas de adaptação e marginalização social (Ariès, 2011).

Face a estas implicações, tanto as tendências da oferta como da procura de trabalho criaram nos últimos anos expectativas de uma melhoria na inserção laboral da população jovem. Entre as primeiras, vale destacar a mudança demográfica e a evolução dos sistemas educativos.

Com o declínio das taxas de crescimento demográfico, as novas gerações que entram nos mercados de trabalho constituem uma proporção decrescente da população em idade ativa. Ao mesmo tempo, a expansão dos sistemas educativos tem um duplo efeito no que diz respeito à oferta de trabalho juvenil: primeiro, um efeito quantitativo, uma vez que a maior permanência dos jovens no sistema escolar reduz a participação laboral, o que limita a competição intrageracional e deve melhorar a sua renda relativa; e segundo, um efeito qualitativo, uma vez que os jovens ingressam no mercado de trabalho com melhores níveis de escolaridade (Araújo et al. 2018).

Consequentemente, do lado da oferta, umas menores pressões para a participação dos jovens aprendizes no mercado de trabalho e uma maior qualidade da força de trabalho das novas gerações que entram nos mercados de trabalho tenderiam a favorecer a inserção laboral dos jovens.

Ao mesmo tempo, na discussão sobre as mudanças recentes na procura de trabalho, a ênfase tem sido colocada no facto de que haveria uma tendência a favor de mão-de-obra mais qualificada, devido à mudança tecnológica e à crescente concorrência nos mercados, fomentada, sobretudo pela abertura comercial. As tecnologias de informação desempenham um papel importante neste contexto, as quais as novas gerações teriam maior adaptabilidade, uma vez que crescem juntamente com elas.

Por outro lado, a reestruturação setorial, pelo menos em parte, tenderia a favorecer o emprego jovem, uma vez que em algumas das atividades com maior geração de emprego existe uma elevada representação de jovens homens e mulheres empregados. Por último, tanto nas atividades que exigem níveis elevados de qualificação como naquelas com qualificações intermediárias, há uma elevada presença de mulheres, o que facilita uma maior inserção laboral das mulheres, incluindo as jovens (Fenellon, 2014).

Desta forma, seria de presumir que as tendências tanto da oferta como da procura favoreceriam homens e mulheres jovens, enquanto precisamente o pessoal mais velho constituiria a maioria dos “perdedores” das reestruturações econômicas e

tecnológicas em curso. Contudo, os dados disponíveis indicam que o emprego jovem não melhorou nem em termos absolutos nem em termos relativos. Consequentemente, tal como a nível global, a nível regional existe uma forte preocupação sobre as perspectivas de emprego dos jovens e as políticas adequadas para melhorá-las (Araújo et al. 2018).

Neste trabalho, busca-se analisar as características frente as dificuldades da inserção laboral da população jovem aprendiz para contribuir para a compreensão das causas correspondentes.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A evolução do mercado de trabalho tem destacado o aumento do desemprego para níveis que, nos últimos anos, ultrapassaram os da crise da dívida externa no início da década de 1990, bem como o aumento da informalidade e da precariedade da estrutura ocupacional. Esta evolução geral afetou as características do emprego jovem (Ariès, 2011).

Duas tendências se destacam em relação à participação dos jovens no mercado de trabalho. Uma delas é a queda na taxa de participação dos homens; a segunda, o aumento da taxa de participação das mulheres. Como resultado, a disparidade de participação entre homens e mulheres diminuiu (Ariès, 2011).

Nas sociedades ocidentais contemporâneas, o trabalho é uma das principais fontes de estruturação económica, social e indenitária. No caso específico dos jovens, a relação com o trabalho continua a ser uma das experiências de vida mais características da sua condição, uma vez que nesta fase da vida se inicia o processo de inserção laboral e, consequentemente, vivenciam as primeiras experiências de transição para o emprego na vida adulta (Fenellon, 2014).

Embora os debates atuais sobre a crise do trabalho tenham questionado a sua centralidade para a construção da identidade, não podemos negar que as transformações em curso no mundo do trabalho - fundamentalmente relacionadas com os processos de flexibilidade e precariedade do emprego - continuam a afetar fortemente a organização da sociedade e da vida dos indivíduos (Garrido, 2006).

As transformações sociais derivadas do atual sistema capitalista pós-fordista têm sido um dos maiores motores de mudanças nos modos de vida

contemporâneos. As relações laborais foram afetadas na medida em que os contratos permanentes diminuíram, enquanto os contratos temporários, com baixos salários e baixas qualificações, aumentaram. Ao mesmo tempo, o desemprego e a instabilidade laboral aumentaram. Em suma, a incerteza tornou-se uma constante no dia a dia dos trabalhadores. É inegável que todas estas condições têm afetado significativamente o processo de inserção laboral dos jovens (Araújo et al. 2018).

No contexto da atual crise do mercado de trabalho, a profissionalização ou a formação já não garantem uma boa colocação profissional do jovem. A conquista de um emprego, que tradicionalmente era o resultado de uma trajetória linear que acompanhava a fase de educação e formação profissional, deixou de ser o modelo de inserção predominante, assumindo também um caráter de insegurança e de grande mobilidade ocupacional (Araújo et al. 2018).

Também é possível observar um descompasso entre as exigências do mercado de trabalho e a formação dos jovens, o que se reflete na sua super qualificação em relação às exigências do seu trabalho, principalmente entre aqueles que estão empregados temporariamente. Este desfasamento reflete-se também na falta de correspondência entre as tarefas desempenhadas e a formação adquirida. Nesse sentido, a falta de opções obriga muitas vezes estes jovens a aceitar empregos que estão abaixo das suas qualificações, como estratégia contra o desemprego (Cardoso et al., 2016).

Deve-se acrescentar a estas outras tendências que estão cada vez mais presentes nas trajetórias de emprego dos jovens. Por exemplo, entre aqueles que podem investir na formação, observa-se frequentemente um movimento de aproximações sucessivas ou de idas e vindas entre a formação e o emprego. São trajetórias em que se acumulam experiências de trabalho anteriores à inserção plena, tendo a maioria delas o caráter de estágios que no futuro podem levar à obtenção de emprego.

Para outro grupo importante de jovens, as trajetórias caracterizam-se pela vivência de situações intermitentes de desemprego ou por elevados níveis de rotatividade e subcontratação profissional, o que, embora facilite a inserção profissional imediata, mantém o jovem num círculo vicioso de difícil fuga. . Por fim, verifica-se também um aumento de trajetórias caracterizadas pela desestruturação, com situações de desemprego crônico e atividades na economia marginal e subterrânea (Araújo et al., 2018).

Toda esta pluralidade de trajetórias mostra que os jovens são uma das faixas etárias mais afetadas pelas transformações no mundo do trabalho e os primeiros a vivenciar estas formas de emprego precárias e instáveis, demorando mais tempo a consolidar-se no mercado de trabalho e a obter um emprego estável. Assim, em geral, os atuais processos de inserção laboral dos jovens são cada vez mais caracterizados pelo desemprego ou por trajetórias individualizadas, descontínuas, flexíveis, com constante reciclagem profissional e formativa, o que lhes dificulta a elaboração de planos de médio prazo (Freire, 2019).

Tanto no Brasil como em outros países subdesenvolvidos podem ser observadas todas essas tendências ligadas ao aumento da insegurança nas trajetórias de inserção dos jovens. No entanto, existem diferenças no grau em que estas condições se manifestam, uma vez que estes países vivem tempos económicos diferentes e não oferecem perspectivas futuras semelhantes para os jovens (Cardoso et al., 2016).

Por um lado, o Brasil encontra-se num contexto que tende ao crescimento económico e ao aumento das oportunidades de inserção dos jovens no mercado de trabalho, embora isso não signifique necessariamente que existam boas condições de trabalho. Por outro lado, Espanha vive uma forte crise económica que tem dado origem a taxas de desemprego muito elevadas, principalmente entre os jovens (Cardoso et al., 2016).

Segundo dados da Pesquisa Nacional de Assuntos Internos Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios [PNAD] (2021), 59,4% dos jovens brasileiros estavam empregados, percentual que sobe para 75,3% na faixa etária de 25 a 29 anos. A taxa de desemprego deste grupo aproxima-se da média nacional, cerca de 9,5%. Outro dado interessante é que 72,4% deles trabalhavam como empregados e destes, três em cada quatro tinham contrato de trabalho formal, incluindo contratos por tempo indeterminado e por prazo determinado (Cardoso et al., 2016).

Além das atividades da economia económica, existem processos mais bem estruturais que afetam os mercados de trabalho e, em particular, a inserção laboral juvenil. Entre eles cabe realçar as recentes dinâmicas da oferta e da demanda trabalhista, as mudanças no funcionamento dos mercados de trabalho, assim como as transformações socioeconómicas mais além desses mercados (Cardoso et al., 2016).

Do lado da oferta laboral, destaca-se a redução do crescimento demográfico, o aumento do nível educativo das novas gerações e a progressiva integração laboral das mulheres jovens. Todas essas tendências podem favorecer uma inserção laboral mais produtiva e equitativa das novas gerações. Do lado da demanda, eu teria que realçar a crescente integração comercial e financeira que, de forma direta ou indireta, intensificaria a competência nos mercados.

A inserção de jovens no mercado de trabalho é um tema amplamente discutido, especialmente no contexto de programas que visam à formação profissional e ao desenvolvimento pessoal dos adolescentes. Entre essas iniciativas, destaca-se o programa de Jovem Aprendiz, regulamentado pela Lei 10.097/2000 no Brasil, que visa proporcionar aos jovens uma oportunidade de aprendizado e experiência profissional.

O programa Jovem Aprendiz é uma política pública que objetiva integrar educação e trabalho para jovens entre 14 e 24 anos. Por meio dele, empresas de médio e grande porte são obrigadas a contratar uma porcentagem de aprendizes, oferecendo-lhes formação teórica em parceria com instituições de ensino e prática profissional supervisionada dentro das empresas. O programa é regulamentado pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e, portanto, assegura direitos trabalhistas aos jovens, como remuneração justa, jornada de trabalho compatível com os estudos e garantias previdenciárias. De acordo com Andrade, Jesus e Santos (2016),

o Curso de Aprendizagem mostra-se de suma importância para o desenvolvimento intelectual dos jovens já que traz vários benefícios, a exemplo de ensiná-lo a ter um comportamento adequado no trabalho, propiciar visualizações das competências básicas em cada área de serviço, além de instigar o jovem aprendiz a buscar fazer sempre o melhor para poder melhor se desenvolver profissionalmente (Andrade; Jesus; Santos, 2016, p. 49).

Diversos estudos e análises científicas ressaltam os benefícios de iniciar a experiência profissional durante a juventude, desde que essa prática seja regulada e respeite os direitos dos adolescentes. O trabalho desde cedo permite que os jovens desenvolvam uma série de competências que são essenciais tanto no ambiente de trabalho quanto na vida pessoal. Segundo pesquisas, habilidades como responsabilidade, pontualidade, trabalho em equipe e comunicação são aprimoradas através da prática profissional.

Além disso, a formação prática associada ao conhecimento teórico proporciona uma compreensão mais profunda e aplicável dos conteúdos educativos. Jovens que participam de programas de aprendizagem tendem a estar mais preparados para o mercado de trabalho. A experiência prática adquirida durante o programa torna-os mais competitivos e aptos a lidar com os desafios do ambiente profissional.

A ocupação dos jovens com atividades educativas e laborais pode contribuir para a redução da vulnerabilidade social. Ao estarem engajados em atividades produtivas e de aprendizado, diminuem-se as chances de envolvimento com atividades ilícitas ou de exposição a ambientes de risco. Além disso, a remuneração recebida pelo trabalho pode auxiliar no sustento familiar, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida. A inserção no mercado de trabalho desde cedo promove a autonomia e independência dos jovens.

A responsabilidade financeira, a administração do próprio tempo e a necessidade de tomar decisões no ambiente de trabalho são fatores que impulsionam o amadurecimento e a autossuficiência. A experiência de trabalho proporciona aos jovens uma visão mais clara de suas habilidades e interesses, auxiliando na definição de objetivos de carreira e vida.

O programa Jovem Aprendiz desempenha um papel significativo na formação dos jovens, oferecendo-lhes uma oportunidade de aprender na prática e de se preparar para os desafios do mercado de trabalho. A importância do trabalho desde cedo está alicerçada no desenvolvimento de competências, na preparação para o mercado de trabalho, na redução da vulnerabilidade social e na promoção da autonomia. Assim, políticas públicas que incentivem e regulamentem a inserção dos jovens no mercado de trabalho de forma protegida e educativa são essenciais para o desenvolvimento socioeconômico e para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

As empresas podem responder de maneiras diferentes à pressão de competitividade sempre em escala; Uma das respostas que provavelmente tenderá a uma gravitação crescente é a incorporação de novas tecnologias e novos processos organizacionais. Tal resposta tende a aumentar a demanda relativa à mão de obra qualificada e flexível, o que também favorece a inserção laboral juvenil mais do que a dos adultos.

Para estes últimos, de acordo com Cardoso et al., (2016), é mais difícil enfrentar as mudanças nas diretrizes produtivas e tecnológicas. A aceleração da mudança nos mercados, como consequência da integração global e dos avanços tecnológicos, afeta também o funcionamento do mercado de trabalho. Às vezes facilitada pelas reformas legais, a inestabilidade trabalhista tendia a aumentar.

Outro elemento que complica a inserção laboral juvenil é a segmentação socioeconômica marcada (e crescente), reflexo e origem da elevada desigualdade na América Latina. Na verdade, a transferência familiar determina em grande medida as perspectivas laborais dos jovens, podendo influenciar as oportunidades de acumulação de capital humano (acesso à educação e capacitação de boa qualidade), capital social (relações sociais baseadas na confiança, na cooperação e na la reciprocidade) e capital cultural (manejo dos códigos estabelecidos pela cultura dominante). A situação, os problemas e as perspectivas dos jovens, por isso, são heterogêneos. Pode-se afirmar desde então que a situação laboral dos jovens latino-americanos é crítica, dinâmica e segmentada (Gorender, 2017).

No entanto, convém destacar que muitos desses fenômenos não são especificamente problemas da inserção laboral dos jovens para buscar maneiras de melhorar. A geração de emprego juvenil digno e produtivo foi definida como uma das metas no marco dos objetivos de desenvolvimento do milênio. Por parte, esta preocupação renovada foi uma reação ante a ingrata surpresa de comparar que os indicadores da inserção laboral dos jovens não majoravam, apesar de que algumas das transformações no curso mencionadas mais bem os favorecendo (Rizzini, 2021).

De fato, ao observar que a partir do ano de 2017 os avanços dos diferentes indicadores em relação aos objetivos de desenvolvimento do Milênio, em poucos minutos se registra um desempenho tão deficiente como no emprego e no desemprego juvenil (Rizzini, 2021).

No que diz respeito aos jovens, concluem Araújo et al., (2018), a taxa de emprego jovem permanecerá em níveis baixos entre agora e 2018. As dificuldades na inserção laboral traduzir-se-ão numa elevada precariedade com salários baixos e intermitentes e de má qualidade das condições de trabalho e poucas perspectivas profissionais.

Perante uma situação tão precária, optarão por duas opções: continuar a sua formação e especialização enquanto esperam encontrar melhores oportunidades de

emprego ou emigrar para o estrangeiro. A emigração juvenil será elevada durante todo o período considerado. O mercado de trabalho brasileiro, por outro lado, não será capaz de tornar rentável a formação profissional dos jovens. A maioria dos mais qualificados será absorvida por empregos abaixo das suas qualificações formais.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS OU MÉTODO

Quanto aos métodos na primeira etapa da pesquisa, foi realizada uma pesquisa bibliográfica em artigos, livros e sites na internet, para demonstrar os dados discutíveis apontados. No trabalho, foi utilizada a pesquisa qualitativa, na qual foi possível observar o comportamento dos jovens aprendizes no mercado de trabalho. Denzin e Lincoln (2000, p.1) apontam que a pesquisa qualitativa,

envolve uma abordagem interpretativa e naturalista de seu objeto de estudo. Isso significa que pesquisadores qualitativos estudam coisas em seu cenário natural, buscando compreender e interpretar o fenômeno em termos de quais os significados que as pessoas atribuem a ele.

Quanto aos fins, a pesquisa é descritiva por tentar descrever as características dos jovens aprendizes no ambiente de trabalho. Segundo Vergara (2000, p.47), a pesquisa descritiva expõe as características de determinada população ou fenômeno, estabelece correlações entre variáveis e define sua natureza. A autora também coloca que este tipo de estudo não tem o compromisso de explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para tal explicação. Na presente pesquisa será utilizada também a pesquisa de campo, com objetivo de maiores embasamento para o tema tratado.

Coleta de dados: métodos e instrumentos

No presente trabalho foi utilizado dados bibliográficos, que segundo os autores procuram elucidar o problema a partir das referências publicadas em livros, artigos e sites. Foi observado também o comportamento dos jovens aprendizes em um ambiente de trabalho, e coletados informações pertinentes ao seu comportamento.

Caso selecionado para estudo

O estudo foi realizado em uma empresa atacadista de médio porte, situada no interior da cidade de São Paulo - SP.

Participantes

Jovens com idade entre 16 a 19 que atuam como jovens aprendizes.

Instrumentos

Questionário semiestruturado, aplicado com 12 (doze) jovens.

Procedimentos

O questionário foi encaminhado por e-mail para cada participante, as respostas foram obtidas através do formulário.

Análise dos dados

A análise de dados foi realizada a partir da verificação das respostas dos participantes contextualizando com os autores embasados para a efetiva análise.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O trabalho é um eixo de integração social, um espaço de participação cidadã e de aspiração individual da grande maioria dos jovens. As deficiências na inserção laboral dos jovens afetam não só o seu próprio bem-estar, mas também alguns elementos-chave do desenvolvimento socioeconómico em geral.

Apesar das diferenças observadas entre os processos de inserção laboral dos jovens no Brasil conforme a literatura analisada, pode-se dizer que o trabalho, em suas múltiplas formas e condições, é uma parte importante da realidade da maioria dos entrevistados participantes da presente pesquisa. A importância que os jovens atribuem ao trabalho deve-se ao fato de ser através do emprego que alcançam progressivamente a sua independência e autonomia, proporcionando-lhes os recursos económicos necessários à sua manutenção e consumo, bem como uma maior autonomia pessoal nas decisões relacionadas com o trabalho.

A importância do trabalho também se explica pelo sentimento de utilidade e participação social que, segundo os entrevistados, é gerado pelo fato de trabalhar. Esses têm sido os dois principais significados atribuídos ao trabalho pelos jovens.

Porquanto, os jovens consideram a juventude como uma fase da vida que não deve ser separada das atividades laborais. O fato de não conseguirem entrar no mercado de trabalho ou de não encontrarem um emprego que satisfaça as suas necessidades afeta não só a sua autoestima, mas também os seus processos de transição para a idade adulta e os seus planos para o futuro.

Mais da metade dos jovens entrevistados nesta pesquisa dedicavam-se exclusivamente ao trabalho, sendo menos comum encontrar jovens que se dedicassem exclusivamente aos estudos, pois o que se observou entre os jovens estudantes foi uma tentativa de conciliar a sua formação com as atividades empregos que lhes permitam maior independência financeira.

Para Lima e Minayo-Gomez (2023), entre os brasileiros, conciliar trabalho e estudos implicou na maioria dos casos dedicação a um trabalho de tempo integral ao qual se somava mais um dia de estudo, pois esta é uma das poucas formas de continuar estudando, principalmente naqueles casos em que é a própria pessoa quem deve pagar pela sua formação.

Entre aqueles com melhores condições econômicas – para quem trabalhar não era uma necessidade – é muito mais comum o trabalho a tempo parcial, o que proporciona um certo grau de independência financeira e contribui para a aquisição de experiências para o seu trabalho futuro.

Os empregos não estavam necessariamente vinculados a estudos por meio de estágios ou bolsas de estudo, mas eram geralmente atividades menos especializadas e com baixa remuneração. A conciliação entre a formação e este tipo de emprego foi observada mais entre as raparigas, enquanto no caso dos rapazes a substituição da formação pela dedicação exclusiva ao trabalho ocorre em idades mais jovens.

Entre os entrevistados que conciliam trabalho e estudos, era menos comum encontrar casos em que exerciam atividade laboral a tempo inteiro. Geralmente, procuravam atividades que exigissem menos tempo, como bolsas de estudo, empregos de meio período ou empregos sazonais de férias. Embora em alguns casos estes empregos estivessem ligados aos estudos realizados, em geral são

empregos menos especializados, que não exigem muita formação e que os próprios jovens chamam frequentemente de “empregos” informais.

Jacobina (2017) menciona que, no Brasil, os jovens entre 16 e 19 anos apresentam as melhores taxas de emprego se os compararmos com outros grupos de jovens. Contudo, observou-se uma maior presença de brasileiros no mercado de trabalho, enquanto na amostra espanhola havia um número considerável de jovens cuja renda provinha de ajudas governamentais, como bolsas de estudo, o que é reflexo da situação econômica do país.

As trajetórias de inserção laboral observadas entre os jovens são altamente diversificadas e mostram cada vez menos estabilidade; considera-se isso como uma considerável dificuldade. Assim, uma parte dos jovens obteve contratos de trabalho por tempo indeterminado desde o primeiro momento, mas os salários recebidos eram, em geral, baixos; outros nunca tiveram carteira assinada; outros trabalharam com contratos temporários, ou como freelances, ou terceirizados com contratos por prazo determinado, ou contratos de fim de semana, ou de verão; outros trabalharam a tempo parcial com contratos de bolsa de estudos ou contratos de trabalho; e outros realizavam tarefas informalmente (Heloani, 2016).

Em síntese, as experiências dos jovens entrevistados mostraram a dificuldade de encontrar padrões comuns de trajetórias de inserção laboral mesmo quando se consideram as experiências do mesmo indivíduo. No entanto, e apesar desta diversidade, foi possível encontrar algumas tendências semelhantes, principalmente entre os jovens que encontraram logo uma oportunidade de atuar como aprendiz, e destacar algumas características que diferenciam a situação laboral dos entrevistados.

Por exemplo, entre os participantes, quase todos aqueles que se dedicavam exclusivamente ao trabalho, a maioria com contrato de mais um ano, pertenciam a uma classe social baixa em termos de recursos econômicos. Porém, os empregos que ocupavam exigiam pouca especialização e, consequentemente, ofereciam baixos salários. Também foi possível observar que os jovens que já tiveram empregos mais especializados tendiam a ter contratos de trabalho mais flexíveis e terceirizados. Por fim, aqueles que se autodenominavam trabalhadores autônomos exerciam a sua atividade na economia informal, como por exemplo, reforço escolar, vender quentinhos, vender catálogo de cosmético.

Quando falaram sobre as suas experiências profissionais anteriores, os jovens tenderam a avaliá-las como más, ou seja, trabalharam em situações informais e temporárias, recebendo salários muito baixos para empregos não qualificados e instáveis. Segundo os entrevistados, esses tipos de trabalho são mais no início quando se busca qualquer trabalho sem critério algum. No entendimento de Cardoso et al., (2016) são os *pequenos empregos* que permitem adquirir as primeiras experiências de trabalho e encontrar melhores empregos no futuro, conciliar o trabalho com os estudos e ter mesada nos casos em que trabalhar ainda não é uma necessidade.

Porém, no caso dos participantes da pesquisa, muitos afirmaram que mantiveram esta situação de insegurança que caracteriza os “*pequenos empregos*” até idades mais avançadas. Além disso, o desemprego entre os jovens é consideravelmente maior do que há alguns anos atrás, o que torna a situação dos primeiros no mercado de trabalho ainda mais crítica.

Conseguir unir renda e prazer no trabalho foi outra das expectativas expressadas pelos jovens de ambos os grupos, embora seja visto como um ideal e não como algo real. Infelizmente, em geral, o que os jovens mais partilharam sobre as suas expectativas foram às dúvidas e incertezas relacionadas com o seu trabalho futuro.

Como consequência desta situação, observou-se entre os entrevistados que as suas prioridades visavam principalmente o estabelecimento no mercado de trabalho mesmo como aprendiz, enquanto a passagem dos restantes limiares de transição para a vida adulta permanece em segundo plano e está sujeita à inserção laboral. Por exemplo, sair da casa da família para criar casa própria foi diretamente afetado pelas dificuldades em encontrar emprego.

Uma das razões mais citadas pelos jovens para continuarem a viver na casa da família ou a partilhar apartamento nesta idade foi a dificuldade financeira ou a falta de estabilidade no emprego. Com os empregos que tinham, era impossível emancipar-se ou fazê-lo em boas condições. Portanto, quando não tinham planos de casar, pois este era outro dos principais motivos para abandonar a casa familiar ou não se sentiam pressionados a sair, muitos esperavam melhorar a sua posição no mercado de trabalho e sair em melhores condições, tentando não para baixar o padrão de vida que tanto tinham.

Por outro lado, o esforço para se firmar como profissional e as dificuldades de conciliar a carga de trabalho com a vida a dois ou em família foram descritos como fatores que contribuíram para dificultar ou adiar a decisão de casar, embora entre os entrevistados o pareamento seja algo que acontece mais cedo. Além disso, entre estes, a ultrapassagem deste limiar ocorre em idades mais jovens, mesmo entre aqueles com menos recursos económicos. Em geral, a dificuldade crescente de manter o status da família de origem faz com que muitos adiem o casamento até que tenham melhores condições.

A análise dos questionários mostraram que muitos dos jovens acabaram por atrasar os seus caminhos de transição para a idade adulta - principalmente em comparação com as gerações anteriores - e que também observaram isso com frequência entre os seus contemporâneos. No entanto, isso foi mais evidente entre aqueles que já haviam trabalhado como jovem aprendiz. Levando em consideração que o atraso desses limiares está comumente associado a um adiamento da fase juvenil, tanto os brasileiros quanto os espanhóis, em sua maioria, afirmam estar nesta condição de prolongamento da juventude. No entanto, para os participantes com idades de 16 e 17 anos estas idades ainda representavam plenamente a juventude e, portanto, alguns não disseram que a estavam prolongando. Conforme Lima e Minayo-Gomez (2023), entre os brasileiros dessas idades é mais comum encontrar indivíduos que já ultrapassaram todos os limiares de transição e é mais difícil para eles se afirmarem plenamente como jovens. No entanto, também sentem que estão a prolongar a sua juventude ao continuarem a sentir-se jovens e a quererem comportar-se como tal durante o maior tempo possível.

Ao explicar as razões pelas quais a juventude se prolonga, o trabalho foi o fator mais apontado pelos jovens pesquisados e foi referido como o motor que gera e continua a manter fortemente esta condição entre eles hoje. Nesse sentido, o fato de prolongar a juventude não é apenas produto de um desejo, mas de uma situação de necessidade ou de imposição externa (família, companheiros, necessidades financeiras).

Estabelecer-se-ia um novo ritmo de vida, impulsionado pelas transformações sociais e pela crise que atinge o mundo do trabalho e, consequentemente, outras esferas da vida. As poucas oportunidades de inserção profissional como aprendiz, a precariedade das condições de trabalho, a instabilidade, os baixos salários, o aumento da competitividade e a maior procura de formação e qualificação tornariam

cada vez mais difícil a transição para a vida adulta e levariam muitos jovens a optar pelo prolongamento da juventude como uma estratégia para enfrentar o desemprego (Pedrosa, 2021).

A este tipo de desafios e/ou dificuldades, os jovens acrescentam outros, como o aumento da esperança de vida, os incentivos familiares e a influência dos meios de comunicação social, que também contribuem para intensificar o prolongamento da juventude. E ao levar em consideração esses aspectos de natureza extrínseca, esse fenômeno seria entendido por eles como um adiamento da juventude como etapa da vida, na qual não se ultrapassou os limiares de transição para a vida adulta. Ou seja, os jovens ocupariam um espaço temporal mais longo em suas vidas.

Mas o fenômeno ganha maiores proporções quando os jovens relatam que existem fatores intrínsecos que também influenciam o prolongamento da juventude e que manifestariam a presença de um desejo de permanecer jovem. Esses fatores seriam consequência das mudanças de valores produzidas por uma sociedade hedonista que promove a juventude como a melhor fase da vida (Heloani, 2016). E nesse sentido, os jovens expressariam a ambição de poder prolongar a sua juventude ao longo da vida através de comportamentos tipicamente juvenis ou mantendo um *espírito juvenil* permanente. Além disso, há quem defenda que não há caminho de volta, mesmo que a situação laboral dê uma volta de 180º, uma vez que o prolongamento da juventude estaria a enraizar-se na própria cultura contemporânea como modelo ou ideal de si a seguir.

Em síntese, pode-se observar e confirmar a partir das experiências e discursos dos jovens entrevistados que as tendências que se vão estabelecendo no campo do trabalho como aprendiz - especialmente no que diz respeito às dificuldades de inserção laboral enfrentadas por estes, são um fator que contribui diretamente para a intensificação até como modelo de identificação da atuação que ocupa. Mas aos fatores extrínsecos descritos - relacionados principalmente com as dificuldades de encontrar emprego – deve-se acrescentar o estabelecimento de uma cultura cujos valores e atitudes são modelados no ideal da eterna juventude, o que, sem dúvida, também contribui para isso para prolongamento do período juvenil.

Pelo discurso dos entrevistados ficou evidente a importância que o trabalho como aprendiz continua tendo como meio para obter independência e autonomia. Este facto explica porque as dificuldades encontradas nos seus processos de

inserção laboral têm uma influência tão notável no atraso da sua transição para a vida adulta.

Assim, o desemprego, os contratos temporários e os baixos salários acabam por estimular o atraso na ultrapassagem de limiares de transição como a saída da casa parental, o casamento e a decisão de ter filhos em comparação com as gerações anteriores. Nesse sentido, permanecem jovens por mais tempo, o que chamamos aqui de prolongamento da juventude (Rizzini, 2021).

Há que considerar que este prolongamento da juventude, cuja percepção subjetiva se estende até as outras faixas etárias através da ideia de manutenção do *espírito jovem*, se deve a múltiplos fatores como, por exemplo, o aumento da esperança de vida e a mudança nos valores produzidos por uma sociedade hedonista que tem a juventude como ideal. No entanto, a importância central do trabalho como jovem aprendiz, juntamente com as suas dificuldades em encontrar trabalho, são fatores-chave para explicar tanto a origem como a intensificação do prolongamento da juventude.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que se pode concluir sobre as dificuldades dos jovens aprendizes no mercado de trabalho, conforme os estudos analisados apreendeu-se que o prolongamento da juventude são bastante recentes, pois tratam de um fenômeno em processo de construção e que reflete questões psicossociais características do contexto histórico em que vivemos e necessitam de mais pesquisa, haja vista a literatura ser escassa quando se trata deste público. Nesse sentido, a contribuição deste estudo é verificar se o prolongamento da juventude está presente e é reconhecido pelos jovens nos dois contextos estudados.

Portanto, embora os resultados deste trabalho não confirmem as reais razões que evidenciem claramente as dificuldades dos jovens aprendizes no mercado de trabalho sublinham que a atenção deve centrar-se nos problemas que grupos específicos de jovens têm em relação à inserção laboral e não nos problemas de inserção laboral dos jovens em geral, destacando entre os jovens especialmente com um nível educacional mais baixo e de uma contexto socioeconômico mais vulnerável.

Os resultados da pesquisa de campo realizada levam à conclusão de que o sucesso da inserção dos jovens aprendizes no mercado de trabalho depende de um conjunto de fatores. Obviamente, a educação e a formação desempenham um papel fundamental, tanto em quantidade (anos de estudos, diplomas, certificados) como em qualidade (adaptação às novas exigências vs. “desvalorização educativa”).

No entanto, os resultados aqui apresentados sugerem que, ao contrário do que propõe o primeiro conjunto de hipóteses (problemas de incongruência das características da oferta e da procura), os problemas de acesso não são a principal explicação para as principais dificuldades. Consequentemente, uma maior coerência entre as características da procura e da oferta de trabalho não teria um impacto acentuado na melhoria do acesso como tal e na redução dos níveis de desemprego, mas teria um impacto positivo nas características da inserção laboral.

Quanto ao impacto preponderante do ciclo econômico na inserção laboral dos jovens, embora não o tenhamos discutido detalhadamente neste trabalho, verifica-se que nas crises os indicadores laborais dos jovens aprendizes pioram, mas a nível agregado, proporcionalmente, não pioram que os dos adultos, pelo que a este nível não se confirma a hipótese de que os jovens são os últimos contratados e os primeiros despedidos. Contudo, importa realçar que o agravamento geral das condições nos mercados de trabalho tem-se expresso em maiores dificuldades para a sua inserção laboral. Mais uma vez, verifica-se um agravamento da inserção laboral dos jovens em termos absolutos, embora não em termos relativos.

Com isso também podemos nos referir que os resultados relativizam a gravidade dos problemas de acesso dos jovens em comparação com os adultos; pelo contrário, confirmaram o processo de melhoria contínua na inserção laboral de coortes específicas em relação aos adultos. Por outro lado, os dados indicam um agravamento de muitas variáveis, a nível agregado e especialmente para grupos específicos de jovens. Especificamente, as condições macroeconômicas desfavoráveis atrasam – em termos absolutos – o processo com o qual, em condições normais, grupos específicos melhoram continuamente a sua inserção laboral.

Olhando para trabalhos futuros e tendo em conta as limitações desta investigação, seria interessante realizar estudos quantitativos mais específicos nos quais possamos trabalhar com um maior número de jovens, a fim de obter uma visão mais representativa da população jovem aprendiz, bem como informações

detalhadas sobre cada realidade social e cultural em distintas empresas. Da mesma forma, são necessários estudos longitudinais que analisem as diversas formas e processos envolvidos nesse prolongamento da juventude. Por fim, estudos interculturais são necessários para ter uma maior variabilidade de contextos e poder verificar a abrangência do fenômeno aqui analisado.

REFERÊNCIAS

- ALBORNOZ, Suzana, **O que é Trabalho**, São Paulo, Brasiliense, 2008. ANTUNES, Ricardo, Crise capitalista contemporânea e as transformações no mundo do trabalho. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo I – Brasília, 2008.
- ANDRADE, Junio Mendonca de; SANTOS, Karlos Kleiton dos; JESUS, Gustavo Santana de. O PROGRAMA JOVEM APRENDIZ E SUA IMPORTÂNCIA PARA OS JOVENS TRABALHADORES. **Interfaces Científicas - Direito**, [S.L.], v. 4, n. 2, p. 45-54, fev. 2016. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/direito/article/view/2742>. Acesso em: 01 jul. 2024.
- ARAÚJO, Geovana C et al; **O trabalho do Adolescente como Possibilidade de Prevenção à Criminalidade**, Monografia de Graduação do curso de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica, Contagem, 2018.
- ARIÈS, Philippe, **Da Família Medieval à Família Moderna in História Social da Criança e da Família**, 2 ed., Rio de Janeiro, LTC Editora, 1981, pp.154-189.
- BRASIL. Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943. **Lei no 10.097, de 19 de Dezembro de 2000**. Brasília, 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10097.htm. Acesso em: 10 jun. 2024.
- CARDOSO JR., José Celso et al. **Longa Caminhada, fôlego curto**: o desafio da inserção laboral juvenil por meio dos consórcios sociais da juventude, Brasília, Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2016.
- FENELLON, Déa R. **Estado e Planejamento Econômico no Brasil – 1930-1979** textos de História do Brasil, São Paulo, Hucitec, 2014.
- FREIRE, Lúcia M.B., Reestruturação produtiva e destruturação social do trabalho no Brasil no limiar do século XXI In Revista Ser Social, n.5, jul./dez, 1999.
- HELOANI, Roberto. **Organização do Trabalho e Administração** – uma visão multidisciplinar. São Paulo: Cortez, 2016.
- JACOBINA, Olga Maria Pimentel. **Para não ser bandido**: trabalho e adolescente em conflito com a lei, 2017 in <http://pepsic.bvspsi.org.br/pdf/cpst/v10n2/v10n2a08.pdf> consultado 10/08/2009 em LIMA, Silvana Mendes e

PEDROSA, Renato, A Lei do **Aprendiz**: Sonhar e viabilizar, 2021. Disponível em:
<http://www.redeamigadacrianca.org.br/textos-e-pesquisas/103-a-lei-do-aprendizsonhar-e-viabilizar.html> consultado em 18/06/2024.

RIZZINI, Irmã, Pequenos Trabalhadores do Brasil in História das Crianças no Brasil, 4.ed., São Paulo, Contexto, 2021, pp. 376-391.